



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

## CONSELHO SUPERIOR DO IF-SC

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 20 de abril de 2012

1 Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e doze, na rua Quatorze de Julho, nº 150, bairro Coqueiros,  
2 no Auditório da Reitoria, reuniu-se o Conselho Superior do Instituto Federal de Santa Catarina, sob a  
3 presidência da Magnífica Reitora prof. Maria Clara Kaschny Schneider. Estavam presentes os  
4 seguintes conselheiros: Silvana Rosa Lisboa de Sá, Diretora Executiva; Francisco José Montório  
5 Sobral, representante suplente do Ministério da Educação – MEC; Edna Corrêa Batistotti,  
6 representante da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina – SED; Sérgio Luiz Gargioni,  
7 representante da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina – FAPESC; Norberto  
8 Dias; representante suplente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC;  
9 Alessandra Tagliari Caetano da Silva, representante da Federação da Agricultura do Estado de Santa  
10 Catarina – FAESC; Fabrício de Souza Albino, representante da Nova Central Sindical de Santa  
11 Catarina – NCSTSC; Anna Júlia Rodrigues, representante da Central Única dos Trabalhadores do  
12 Estado de Santa Catarina – CUTSC; Dalton Luis Ventura, representante dos egressos do IF-SC; César  
13 Norberto Rihl de Azambuja, representante dos egressos do IF-SC; Widomar Pereira Carpes Júnior,  
14 representante suplente dos diretores gerais; Erci Schoenfelder, representante dos diretores gerais;  
15 Maria Bertília Oss Giacomelli, representante dos diretores gerais; Nicanor Cardoso, representante dos  
16 diretores gerais; Clodoaldo Machado, representante dos docentes; Marcos Araquem Scopel,  
17 representante dos docentes; Antônio Galdino da Costa, representante suplente dos docentes;  
18 Cleverson Tabajara Vianna, representante dos docentes; Berenice da Silva Junkes, representante dos  
19 docentes; Rafael Nilson Rodrigues, representante suplente dos docentes; Aparecida Rocha  
20 Gonçalves, representante dos técnicos administrativos; Andressa Bregalda, representante dos técnicos  
21 administrativos; Luiz Fernando Ramos Costa, representante dos técnicos administrativos; e Eliana  
22 Cristina Bar, representante dos técnicos administrativos. Como convidados estavam presentes:  
23 Daniela de Carvalho Carrelas, Pró-Reitora de Ensino; Paulo Roberto Wollinger, Diretor de  
24 Desenvolvimento do Ensino; e Érico de Ávila Madruga, Diretor de Administração. **Pauta:** 1-  
25 Aprovação da ata da 1ª reunião ordinária em 28/03/2012; 2- Informes da Reitoria; 3- Aprovação de  
26 cursos, suspensão da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações do  
27 Campus São José e delegação de competência ao CEPE; 4- Comissão de ética; 5- Funcionamento do  
28 Conselho Superior; 6- Informes gerais. **Ordem do dia:** 1- Aprovação da ata da 1ª reunião

29 **ordinária em 28/03/2012:** a Secretária fez a leitura dos pontos da pauta e dos encaminhamentos  
30 dados e a ata foi aprovada com a inclusão de um parágrafo sobre a Prestação de Contas: os  
31 conselheiros solicitaram que o documento da prestação de contas fosse divulgado à comunidade do  
32 IF-SC e que seja estimulado o uso dos dados quando da elaboração de planejamento e novos projetos.  
33 Após a aprovação da ata, a Presidente, prof. Maria Clara Kaschny Schneider, deu posse ao  
34 conselheiro Norberto Dias, representante suplente da FIESC, e destacou o seu envolvimento com a  
35 instituição, atuando como conselheiro há quase oito anos. **2- Informes da Reitoria:** a) **Parceria**  
36 **entre o IF-SC e a FAPEU:** a Presidente, prof. Maria Clara, informou que conforme já relatado na  
37 última reunião, o IF-SC está em tratativas com a FAPEU para uma parceria e o tema foi levado ao  
38 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE que apresentou uma proposta de cronograma para  
39 elaborar a resolução de regulamentação para as fundações de apoio. A minuta do documento será  
40 trabalhada nas Câmaras de Ensino e Extensão e após consulta à comunidade acadêmica será  
41 apreciada pelo Conselho Superior para aprovação na reunião do dia 04/07. b) **CONIF:** a Presidente,  
42 prof. Maria Clara, informou que no período de 17 a 19/04 foi realizada a reunião do CONIF, em  
43 Curitiba, e destacou que o tema tratado foi a negociação das carreiras de docentes do Ensino Básico,  
44 Técnico e Tecnológico e do Ensino Superior. O CONIF defende a unificação a partir de uma proposta  
45 que apresente uma estrutura única, mas que garanta as especificidades das carreiras, considerando  
46 que as universidades e os institutos têm realidades diferentes. Como encaminhamento, o CONIF  
47 designou uma comissão, composta por sete reitores, para discutir e apresentar uma proposta de texto  
48 para o futuro projeto de lei, levando em conta as particularidades da carreira dos docentes dos IF's. c)  
49 **Fórum Mundial:** a Presidente, prof. Maria Clara, destacou que o IF-SC está em contagem regressiva  
50 para o Fórum que inicia no dia 28 de maio e já conta com 15 mil inscritos. Destacou também a  
51 importância do evento para a educação profissional e tecnológica. d) **Regionalização da UNAI:** a  
52 Presidente, prof. Maria Clara, informou que conforme decidido pelos conselheiros na reunião de  
53 30/11 o tema da regionalização da UNAI foi levado ao Colégio de Dirigentes que decidiu pela  
54 lotação do auditor no Campus Jaraguá do Sul, definindo assim a regionalização da Auditoria Interna  
55 em 03 regiões: oeste, Campus Chapecó; sul, Campus Criciúma; e norte, Campus Jaraguá do Sul. Os  
56 auditores atuarão no seu campus de lotação e nos *campi* que integram a região e estarão subordinados  
57 ao Chefe da Auditoria Interna da Reitoria. e) **Pronatec:** a Presidente, prof. Maria Clara, informou que  
58 os *campi* já iniciaram a pactuação e que o Colégio de Dirigentes aprovou uma Instrução Normativa  
59 com a finalidade de institucionalizar o programa no IF-SC. O Colégio de Dirigentes está tratando das  
60 questões relacionadas à discussão da oferta, à necessidade de recursos humanos e infraestrutura.  
61 Ressaltou que as vagas serão ofertadas de acordo com a demanda social e que está prevista a oferta  
62 de 900.000 novas vagas no Brasil para 2012. Destacou que o Pronatec abrange várias ações entre elas  
63 a oferta da Bolsa-Formação, com pagamento de auxílio transporte e auxílio alimentação aos alunos e  
64 destinação de recursos para a instituição, para pagamento dos docentes e técnicos que atuarem no  
65 programa. A conselheira Aparecida Rocha Gonçalves declarou que tem dúvidas em relação ao

66 Pronatec e ao processo de expansão do IF-SC e destacou que deveria haver um debate na instituição.  
67 A Presidente, prof. Maria Clara, esclareceu que esse tema poderia ser encaminhado no ponto do  
68 Funcionamento do Conselho Superior. Os conselheiros destacaram outras questões referentes à  
69 discussão sobre a carreira dos professores de ensino básico e ensino superior, a obrigatoriedade de  
70 oferecer cursos de licenciatura no IF-SC e sobre a questão da remuneração desses profissionais que  
71 estão sendo graduados na instituição. Foi questionada também a possibilidade do IF-SC aderir ou não  
72 ao Pronatec. A Presidente, prof. Maria Clara, esclareceu que o IF-SC não tem prerrogativa para  
73 decidir pela adesão, já que se trata de uma lei federal. Cabe à instituição definir como vai tratar e  
74 encaminhar a implementação do programa, considerando a sua infraestrutura. Os conselheiros  
75 concordaram e destacaram a necessidade de debater de forma mais intensa uma política de  
76 implementação do Pronatec. **3- Aprovação de cursos, suspensão da oferta do Curso Superior de**  
77 **Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações do Campus São José e delegação de competência**  
78 **ao CEPE:** a) **Suspensão da oferta do CST em Sistemas de Telecomunicações do Campus São**  
79 **José:** Daniela de Carvalho Carrelas informou que a Direção do Campus São José solicitou por meio  
80 de memorando a suspensão da oferta do curso e o tema foi discutido na reunião do CEPE que se  
81 posicionou de forma favorável pela suspensão. Daniela esclareceu que na apreciação da criação do  
82 curso de Engenharia em Telecomunicações no CEPE, na reunião de 16/08/2011, foi proposta a  
83 extinção do CST, porém ao ser apreciado no Conselho Superior em 14/09 decidiu-se pela criação do  
84 curso de Engenharia desvinculada da extinção do CST. Foi formado no campus um grupo de trabalho  
85 para analisar a extinção do CST e o grupo propôs a suspensão da oferta por um semestre para se fazer  
86 uma avaliação. A pedido dos conselheiros foram lidos os encaminhamentos dados pelo Conselho  
87 Superior que constam nas atas das reuniões de 14/09 e 26/10. Os conselheiros solicitaram a  
88 apresentação de um estudo do cenário do CST e da Engenharia com dados da relação aluno/professor  
89 e questionaram qual espaço físico seria necessário para manter a oferta dos 02 cursos, e se havia  
90 perspectiva de ampliação do campus. Foi acordado que o grupo de trabalho deverá elaborar um  
91 estudo sobre a demanda dos cursos e sobre a infraestrutura do campus. **Encaminhamento:** foi  
92 aprovada a suspensão do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações no  
93 semestre 2012/2 e foi solicitado um estudo detalhado da demanda para ser apresentado em reunião do  
94 Conselho Superior. b) **Aprovação de cursos:** a Presidente, prof. Maria Clara, esclareceu que os  
95 cursos foram apreciados no CEPE em 2011 e em razão do processo de transição não foram  
96 submetidos para aprovação do Conselho Superior. Os cursos foram ofertados no semestre 2012/1 e  
97 precisam da aprovação do Conselho para serem regularizados. Os conselheiros destacaram que para a  
98 oferta de novos cursos deve ser feito um estudo do incremento financeiro necessário, ou seja, qual o  
99 impacto orçamentário que esta nova oferta causará na instituição, qual o custo de um aluno. Além  
100 dessas informações é necessário saber quantos alunos efetivamente concluem o curso, qual o índice  
101 de evasão, entre outros dados. Os conselheiros ressaltaram que deve ser feito um estudo da  
102 viabilidade antes da aprovação. Silvana Rosa Lisboa de Sá, Diretora Executiva, explicou que já existe

103 um projeto de implantação e um projeto pedagógico do curso e os cursos somente são aprovados caso  
104 exista a viabilidade. **Encaminhamento:** foram aprovados os cursos Técnico Subsequente em  
105 Eletrotécnica e Técnico Subsequente em Mecânica Industrial do Campus Jaraguá do Sul – Geraldo  
106 Werninghaus, e Técnico Concomitante em Eletroeletrônica do Campus Itajaí. c) **Delegação de**  
107 **competência ao CEPE:** foi proposta a discussão do tema no ponto do funcionamento do Conselho  
108 Superior e aceita pelos conselheiros. **4- Comissão de ética:** a Presidente, prof. Maria Clara, informou  
109 que na reunião de 30/11 do Conselho Superior foi solicitado um posicionamento da Comissão de  
110 Ética em relação aos processos em andamento e esclareceu que estão sendo escolhidos novos  
111 membros para compor a comissão, já que os membros atuais solicitaram o seu desligamento por  
112 terem assumido cargos de direção na atual gestão. Érico de Ávila Madruga, atual Presidente da  
113 Comissão de Ética, apresentou um histórico da comissão no IF-SC, destacando que a 1ª comissão foi  
114 criada em 2005 e em 2010 foi aprovado o Código de Conduta Ética dos Servidores do IF-SC por  
115 meio da Resolução 57/2010/CS. Esclareceu que a Comissão de Ética é escolhida pelo Reitor, porém  
116 tem independência e autonomia, estando vinculada à CEP – Comissão de Ética Pública da  
117 Presidência da República e seguindo a orientação dos Decretos 1.171/1994 e 6.029/2006. Érico  
118 explicou que o trabalho da comissão tem o caráter preventivo e conciliatório e não punitivo, ao  
119 contrário do PAD – Processo Administrativo Disciplinar, no PAE – Processo de Apuração Ética o que  
120 pode resultar é um Acordo de Conduta Pessoal e Profissional ou uma censura ética. Os conselheiros  
121 solicitaram uma análise jurídica da Procuradoria em relação à aplicação da censura ética e Érico  
122 ressaltou que a Procuradoria já foi questionada sobre uma punição relacionada a um processo  
123 específico e declarou não ter competência para analisar questões éticas dos servidores. Destacou que  
124 em 2011 a comissão solicitou ao Reitor submeter ao Conselho Superior a aprovação da “Ficha limpa  
125 ética” que propõe a exoneração de cargos de direção ou funções gratificadas ou a não nomeação aos  
126 servidores que tenham sofrido censura ética. Entretanto, esse procedimento não foi aprovado. Os  
127 conselheiros questionaram qual a necessidade da aprovação da ficha limpa ética, se o Reitor tem  
128 prerrogativa para nomear e exonerar os servidores. A Presidente, prof. Maria Clara, esclareceu que  
129 existem alguns cargos nos *campi* que são eletivos e se fosse aprovado esse procedimento, o Reitor  
130 teria o respaldo do Conselho Superior para destituir o servidor da função. Érico destacou a  
131 necessidade de se aprovar o Regimento Interno da Comissão de Ética, para formalizar procedimentos  
132 e estabelecer critérios para a escolha dos membros da comissão. Além disso, destacou que é  
133 aconselhável criar juntas de conciliação para tratar dos conflitos sem ter que iniciar um PAE e  
134 explicou que as juntas podem atuar em todas as instâncias, éticas e administrativas. Os conselheiros  
135 sugeriram que as juntas de conciliação fossem criadas no campus, já que os servidores teriam um  
136 contato mais direto com o fato que poderia indicar o início de um PAE. **Encaminhamento:** decidiu-  
137 se que, após nomeados os novos membros, a comissão elabore o regimento interno e proponha a  
138 ficha limpa ética e o novo modelo de funcionamento. **5- Funcionamento do Conselho Superior:** a)  
139 Daniela de Carvalho Carrelas relatou que na reunião do CEPE do dia 17/04 foram propostos novos

140 procedimentos para regulamentação de processos e fluxos para aprovação do PPC – projeto  
141 pedagógico de curso, criação, reestruturação, suspensão e extinção de cursos. Os membros do  
142 Colegiado apreciaram e aprovaram as alterações. De acordo com os novos procedimentos adotados, o  
143 CEPE propõe ao Conselho Superior delegar-lhe competência para a aprovação do PPC, a alteração e  
144 a reestruturação de cursos, que tratariam apenas de pequenas alterações no PPC e a suspensão da  
145 oferta inferior a 02 semestres. Ao Conselho Superior caberia apreciar a autorização da oferta, a  
146 suspensão superior a 02 semestres e a extinção de curso. O que se pretende com a delegação de  
147 competência é agilizar os processos e encarregar o CEPE da tramitação, análise das questões técnicas  
148 e deliberação dos processos regulatórios dos cursos do IF-SC. Os conselheiros solicitaram que fosse  
149 documentado o processo dando insumos necessários para a análise dos conselheiros e a tomada da  
150 decisão e se fizesse uma consulta à procuradoria sobre a prerrogativa legal da delegação. O  
151 conselheiro Norberto Dias esclareceu que a resolução de aprovação dos cursos deve ser do Conselho  
152 Superior, que essa competência não pode ser delegada a outro colegiado. Norberto destacou que o  
153 CEPE faz a análise técnica e o Conselho chancela a sua decisão, sendo necessário apreciar o tema e  
154 constar na ata da reunião. A conselheira Aparecida Rocha Gonçalves argumentou que antes da  
155 discussão desse tema deveria ser discutido o funcionamento do Conselho Superior, elencando os  
156 temas a serem tratados e definindo a agenda de trabalho. **Encaminhamento:** não foi aprovada a  
157 delegação de competência ao CEPE e o tema será incluído na reunião do dia 16/05. b) Os  
158 conselheiros solicitaram que se estabelecesse uma agenda de questões prioritárias para serem  
159 analisadas pelo Conselho Superior: tais como Pronatec, CEPE, competência dos colegiados. Além  
160 disso, deve ser discutida a dinâmica da reunião, pois com 26 conselheiros não é possível, em razão do  
161 tempo, que todos os conselheiros opinem sobre todos os temas. É necessário definir como será a  
162 inscrição, quanto tempo de fala será disponibilizado, como será definida a pauta, se serão propostas  
163 comissões de relatoria. A Presidente, prof. Maria Clara, destacou que o próprio Regimento Interno do  
164 Conselho Superior precisa ser revisto, pois os prazos estabelecidos não são coerentes. O conselheiro  
165 Norberto Dias informou que existe um instituto, o IBGC, que oferece cursos e disponibiliza materiais  
166 sobre funcionamento de colegiados e conselhos, tais como premissas, bases, operações, modelos de  
167 código de conduta e regimentos internos que podem ser consultados no site. **Encaminhamento:** em  
168 virtude do horário de encerramento da reunião, às 18:00, decidiu-se por consenso sugerir a pauta para  
169 a próxima reunião ordinária do dia 16/05: aprovação de cursos; agenda do Conselho Superior  
170 (propostas de temas); funcionamento do Conselho Superior (dinâmica da reunião); planejamento;  
171 delegação ao CEPE. **6- Informes gerais: a) Processo de escolha dos representantes discentes do**  
172 **Conselho Superior:** o conselheiro Nicanor Cardoso informou que no dia 17/04, no Auditório da  
173 Reitoria, foi realizada a reunião com representantes dos alunos dos campi Florianópolis, São José,  
174 Joinville, Jaraguá do Sul e Araranguá, e eles reconheceram não terem condições de conduzir o  
175 processo para escolha dos representantes do Conselho Superior neste momento. Diante dessa  
176 afirmativa a comissão propôs que o processo de escolha fosse realizado por meio de edital público

177 com o sorteio dos alunos inscritos e que um dos alunos participasse da comissão. Os estudantes  
178 concordaram com o procedimento e indicaram o nome do aluno Maurício Antônio Goetten do  
179 Campus Jaraguá do Sul. O conselheiro Nicanor Cardoso apresentou a proposta do edital e os  
180 conselheiros solicitaram incluir no texto uma explicação sobre a necessidade do aluno estar  
181 regularmente matriculado e manter a condição durante o mandato, para evitar a perda do vínculo com  
182 a instituição e a continuação do mandato de conselheiro. A conselheira Aparecida Rocha Gonçalves  
183 destacou que durante a reunião um membro do CEPE solicitou espaço e informou que o Colegiado  
184 também está sem representantes discentes e sugeriu que se fizesse a escolha no mesmo processo. Os  
185 alunos concordaram e se propôs fazer duas listas de inscrição, uma para o Conselho e outra para o  
186 CEPE. Os conselheiros questionaram se o CEPE fez a divulgação nos *campi* para os alunos  
187 participarem do processo. Não houve resposta positiva. **Encaminhamento:** por consenso decidiu-se  
188 formalizar o processo de escolha por meio da publicação de editais separados. Primeiro se procede à  
189 escolha dos representantes discentes do Conselho Superior e depois o CEPE organiza a escolha de  
190 seus representantes. b) O conselheiro Luiz Fernando Ramos Costa declarou que enviou uma  
191 mensagem ao grupo “todos.tae” informando sobre a reunião do Conselho Superior do dia 28/03 e  
192 recebeu uma resposta na qual informava que o documento que estava disponível na página para os  
193 conselheiros não foi o mesmo enviado à CGU. Silvana Rosa Lisboa de Sá esclareceu que os auditores  
194 da CGU estão na Reitoria desde o dia 02/04, analisando a documentação e foram feitas orientações  
195 para alterações da Prestação de Contas. A Presidente, prof. Maria Clara, declarou que verificará qual  
196 foi o encaminhamento dado e trará informações na próxima reunião sobre esse fato. Nada mais  
197 havendo a tratar, a Presidente do Conselho Superior, prof. Maria Clara Kaschny Schneider, declarou  
198 encerrada a reunião da qual eu, Adriana Braga Gomes, Secretária deste Conselho, lavrei a presente  
199 ata, que dato e assino, após assinada pela presidente e pelos demais membros presentes.

---

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER  
Presidente do Conselho Superior

---

FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL  
Representante suplente do MEC

---

ROSÂNGELA MARCOS FÉLIX  
Representante suplente da SED

---

SÉRGIO LUIZ GARGIONI  
Representante da FAPESC

---

NORBERTO DIAS  
Representante suplente da FIESC

---

ALESSANDRA TAGLIARI CAETANO DA SILVA  
Representante da FAESC

---

ANNA JULIA RODRIGUES  
Representante da CUT SC

---

FABRÍCIO DE SOUZA ALBINO  
Representante da NCSTSC

---

DALTON LUIS VENTURA  
Representante dos egressos

---

CESAR NORBERTO RIHL DE AZAMBUJA  
Representante dos egressos

---

WIDOMAR PEREIRA CARPES JÚNIOR  
Representante suplente dos diretores gerais

---

ERCI SCHOENFELDER  
Representante dos diretores gerais

---

MARIA BERTÍLIA OSS GIACOMELLI  
Representante dos diretores gerais

---

NICANOR CARDOSO  
Representante dos diretores gerais

---

CLODOALDO MACHADO  
Representante dos docentes

---

MARCOS ARAQUEM SCOPEL  
Representante dos docentes

---

CLEVERSON TABAJARA VIANNA  
Representante dos docentes

---

BERENICE DA SILVA JUNKES  
Representante dos docentes

---

APARECIDA ROCHA GONÇALVES  
Representante dos técnicos administrativos

---

ANDRESSA BREGALDA  
Representante dos técnicos administrativos

---

LUIZ FERNANDO RAMOS COSTA  
Representante dos técnicos administrativos

---

ELIANA CRISTINA BAR  
Representante dos técnicos administrativos

---

ADRIANA BRAGA GOMES  
Secretária do Conselho Superior